

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### **PROJETO DE LEI Nº 46, DE 2003**

(Apensados PL nºs 356 e 403, de 2003)

*Altera o Decreto - Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, fixando prazo máximo para pagamento de indenização de sinistros por parte das sociedades seguradoras e estabelecendo a multa aplicável no caso de seu descumprimento e dá outras providências.*

**Autor:** Deputado ENIO BACCI

**Relator:** Deputado NEUTON LIMA

### **I - RELATÓRIO**

A proposição em questão, ao propor a alteração do Decreto - Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, objetiva obrigar que os contratos de seguro tenham cláusula fixando prazo para o pagamento das indenizações, que não poderá exceder, para os seguros obrigatórios, a dez dias úteis, contados do momento em que ficar apurado o valor da indenização, mediante acordo das partes e, para os demais seguros, a trinta dias, contados da data do cumprimento das exigências estabelecidas pela seguradora.

A proposição também estabelece, para o não cumprimento dos prazos acima mencionados, que as sociedades seguradoras incorrerão em multa correspondente à indenização devida.

Argumenta o autor que a legislação atual não estabelece prazo para a liquidação de sinistros, exceto no caso dos seguros obrigatórios e, mesmo assim, prevê multa quase simbólica nos casos de descumprimento.

Ao PL n.º 46/03 foram apensados o Projeto de Lei n.º 356, de 2003, do Deputado Carlos Nader, e o Projeto de Lei n.º 403, de 2003, do Deputado Mário Heringer. Esses dois projetos, no mesmo sentido da proposição principal, definem prazo para o pagamento das indenizações, sendo que apenas o PL n.º 356/03 também estabelece multa pelo seu não cumprimento.

Ao PL n.º 46, de 2003, foram apresentadas duas emendas. A Emenda n.º 1, do Deputado Luiz Carlos Hauly, estabelece em 15 (quinze) dias o prazo máximo para o pagamento de indenizações por parte das seguradoras nos sinistros relativos aos seguros obrigatórios e, 30 (trinta) dias, nos demais casos, além de multa no valor de 10% ( dez por cento) a favor da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados. A Emenda n.º 2, do Deputado Herculano Anguinetti, trata a questão da mesma forma quanto aos prazos, introduzindo, porém, critérios relativos à formalização dos seguros em geral e estabelecendo, para o segurado, a multa, também de 10% (dez por cento), a ser paga pelas seguradoras que não cumprirem os prazos.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Sob a ótica do consumidor, entendemos que tanto o projeto principal, como os apensados, tratam de assunto relevante que precisa, na direção proposta, ser disciplinado por esta Casa.

Da mesma forma, as emendas apresentadas demonstram que a questão pode e deve ser aprimorada.

No nosso entendimento, as multas que vierem a ser aplicadas às seguradoras e resseguradoras pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos para o pagamento das indenizações – que entendemos devam ser os de 15 úteis e de 30 dias corridos, conforme cada caso, de acordo com as emendas apresentadas – devem, necessariamente, serem revertidas para o consumidor prejudicado.

Em função do exposto, votamos pela **aprovação** dos Projetos de Lei n.ºs 46, 356 e 403, de 2003, e das duas emendas apresentadas, na forma do Substitutivo que apresentamos.

Sala da Comissão, em            de            de 2005.

Deputado **NEUTON LIMA**  
Relator

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 46, DE 2003

*Altera o Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, fixando prazo máximo para pagamento de indenização de sinistros por parte das sociedades seguradoras e estabelecendo a multa aplicável no caso de seu descumprimento e dá outras providências.*

Art. 1º O art. 12 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 12.....*

*§ 1º. Deverão ser especificados nos contratos de seguros os procedimentos para a liquidação de sinistro, inclusive os documentos a serem apresentados, tais como os probatórios dos fatos e dos danos, orçamentos para reparação ou reconstrução, boletins de ocorrência, laudos necessários à análise e à regulação do sinistro, facultando-se à seguradora, no caso de dúvida fundada e justificada, a solicitação de outros documentos, dentro do prazo estipulado para pagamento da indenização.*

*§ 2º. Será suspensa, apenas uma vez e por período não superior a 5 (cinco) dias úteis, a contagem do prazo para pagamento da indenização a partir da solicitação formal de documentação complementar ao segurado, de acordo com o parágrafo anterior, sendo reiniciada a contagem do prazo a partir do dia útil posterior àquele em que for entregue a documentação complementar requerida.*

*§ 3º Qualquer indenização decorrente de contrato de seguro deverá ser paga de acordo com os prazos abaixo:*

*I - nos seguros obrigatórios, até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do cumprimento pelo segurado das exigências estipuladas no contrato de seguro para pagamento de sinistro;*

*II - nos demais seguros, até 30 (trinta) dias, contados da data do cumprimento pelo segurado das exigências estipuladas no contrato de seguro para pagamento de sinistro.*

*§ 4º O descumprimento dos prazos fixados no parágrafo anterior sujeita a seguradora ou resseguradora à multa pecuniária de 10% (dez por cento), a ser aplicada sobre o valor da indenização corrigida monetariamente, em benefício do segurado.*

*§ 5º Caso o prêmio tenha sido fracionado, e ocorrendo perda total, real ou construtiva, as prestações vinculadas serão exigíveis por ocasião do pagamento da indenização.(NR)”*

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em                    de                    de 2005.

Deputado **NEUTON LIMA**  
Relator